

BB Administradora de Consórcios S.A.

Sector de Autarquias Norte - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2018

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A EMPRESA

A BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB Consórcios - é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., com sede em Brasília (DF), que tem por objeto principal a organização e administração de grupos de consórcio destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes.

ATUAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS

A BB Consórcios consolida-se entre as maiores administradoras de consórcios do mercado e registrou, em dezembro de 2018, mais de 794 mil participantes ativos. De acordo com informação divulgada pelo Banco Central, mantém a 3ª posição no *ranking* geral das administradoras de consórcio e a 2ª posição entre as administradoras vinculadas a instituições financeiras (posição novembro de 2018 - último dado disponível).

A carteira concentra 87,79% de sua composição em volume de negócios nas modalidades de automóveis (68,21%) e imóveis (19,58%), resultado da estratégia comercial com foco nos segmentos de tickets mais elevados, aderente à atuação dos demais bancos. Destaque para o segmento de automóveis, representado por mais de 577 mil participantes ativos, posicionando-se como a 2ª maior administradora do mercado neste segmento.

Cabe ressaltar que a BB Consórcios é a única administradora ligada a instituição financeira que oferta todos os segmentos de produtos, abrangendo as modalidades de motocicletas, outros bens móveis (eletroeletrônicos) e serviços, além das destacadas acima.

Em 2018, foram comercializadas mais de 304 mil novas cotas de consórcio, que representaram R\$ 11,3 bilhões em volume de negócios. Na economia, a BB Consórcios disponibilizou valor superior a R\$ 4,7 bilhões, decorrente do pagamento de mais de 133 mil bens e serviços, gerando cada vez mais negócios para os diversos elos da cadeia produtiva.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Em 2018, as ações estratégicas mantiveram direcionamento voltado à ampliação de vendas nos canais digitais (mobile, internet e terminais de autoatendimento).

Outro ponto a se destacar, no período, foi o foco estratégico e aproveitamento de oportunidade de vendas, observando comportamento de clientes na busca por planejamento financeiro, que o produto consórcio oferece; vendas em canais alternativos (foram R\$ 100 milhões comercializados pela internet e terminais de autoatendimento, R\$ 1,4 bilhão em parcelas de vendas e mais de R\$ 1,7 bilhão via aplicativo para celular - funcionalidade lançada no final de maio de 2017 e ampliada para o público de pessoas jurídicas em fevereiro deste ano).

Cabe destacar que as estratégias de adequação de portfólio pautaram-se no atendimento de práticas de *suitability*, adequando produtos de acordo com o perfil de clientes.

INICIATIVAS SOCIAIS E SUSTENTÁVEIS

Em continuidade às ações voltadas às iniciativas sociais e sustentáveis, a BB Consórcios mantém grupos destinados a aquisição de bens e serviços sustentáveis, dando continuidade à estratégia lançada em 2016 para aquisição de bens não poluentes. A iniciativa visa permitir a compra de bicicletas e bicicletas elétricas, também possibilita a aquisição de bens e serviços de eficiência energética e reuso de água, tais como placas fotovoltaicas, filtros de água, bombas e luminárias solares. Esta linha tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do país e permitir que famílias, empresas e propriedades rurais planejem a instalação de equipamentos que preservem os recursos naturais do país e vem ao encontro da política específica de responsabilidade socioambiental aprovada pela BB Consórcios, cujo objetivo é orientar o comportamento da administradora e estimular a adoção e disseminação de princípios de atuação em bases social e ambientalmente responsáveis.

SATISFAÇÃO DE CLIENTES

A BB Consórcios não figurou entre as 3 primeiras administradoras, no *ranking* de Instituições por Índice de Reclamações do Banco Central, conforme último dado disponível (primeiro semestre de 2018). As ocorrências recebidas via BB Atende foram respondidas dentro do prazo legal.

No ano de 2018 (posição nov/2018), foram registradas 127 ocorrências no portal consumidor.gov.br sendo que a administradora respondeu todas as ocorrências que lhe cabiam, dentro do prazo limite de 10 dias estipulado pelo portal.

No âmbito interno do Banco do Brasil S.A., o BB Consórcio continua elencado na ação Solução Imediata (SIM), que permite a antecipação de valores questionados pelo cliente, antes de análise conclusiva, visando melhorar o atendimento e resolver as demandas no primeiro contato com o cliente.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No exercício de 2018, as receitas com prestação de serviços atingiram o montante de R\$ 942,2 milhões, incremento de 30% em relação ao mesmo período de 2017. O lucro líquido alcançou R\$ 470,5 milhões, representando um RSP de 211,02%.

No encerramento do exercício, o Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 230,6 milhões, acréscimo de R\$ 15,2 milhões em relação ao exercício anterior. Essa variação no período é decorrente da retenção do lucro líquido para manutenção da reserva legal.

CENÁRIO ECONÔMICO - MERCADO CONSÓRCIOS

De janeiro a outubro de 2018, conforme dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC), o mercado de consórcios apresentou R\$ 85,81 bilhões em volume de negócios.

Ainda segundo a ABAC, o número de vendas de novas cotas registradas até outubro foi de, aproximadamente 7 milhões de participantes ativos.

A participação do consórcio de veículos leves no mercado interno foi de 26,5% de janeiro a outubro, ante a 28,7% no mesmo período de 2017.

Em relação ao mercado de consórcios de imóveis, o ticket médio manteve-se estável até outubro de 2018 e o número de participantes ativos cresceu 6,7%.

As adesões até outubro apresentaram crescimento com destaque para serviços, que manteve a liderança, com alta de 46,8%. Na sequência vieram eletroeletrônicos e outros bens móveis duráveis com 29,5%; veículos pesados com 23,2%; motocicletas com 15,8%; veículos leves com 1,3% e imóveis com retração de 5,1%.

Para o semestre que se inicia, é possível antever o crescimento do mercado de consórcios, apoiado na conscientização, cada vez maior, do consumidor sobre educação financeira.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A BB Consórcios possui uma estrutura de governança corporativa formada pelo Conselho de Administração, composto por sete membros e assessorado pelo Comitê de Auditoria, pelo Comitê de Riscos e de Capital e pela Diretoria Executiva, composta por três diretores estatutários. A BB Consórcios possui ainda um Conselho Fiscal composto por três membros titulares e dois suplentes.

Em busca da qualidade da gestão, a BB Consórcios adota boas práticas em governança corporativa e compromete-se com os princípios básicos de Transparência, Prestação de Contas, Equidade e Responsabilidade Socioambiental.

A governança da BB Consórcios, como Entidade Ligada ao Banco do Brasil - ELBB, inclui a formulação de análises e considerações para embasar os conselheiros indicados, além da modelagem de padrões e mecanismos de atuação.

Entre junho/2016 e junho/2018, a BB Consórcios promoveu ações de adequação à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, refletidas inclusive nos aspectos de estrutura e governança ora descritos. Dentre estas ações, destacam-se as seguintes políticas aprovadas pelo Conselho de Administração: Política Específica de Governança Corporativa da BB Administradora de Consórcios S.A., Política Geral de Gestão de Pessoas da BB Administradora de Consórcios S.A., Política Específica de Indicação e Sucessão de Administradores da BB Administradora de Consórcios S.A. e Política Específica de Transações com Partes Relacionadas da BB Administradora de Consórcios S.A.

Em todos os níveis da BB Consórcios, as decisões são tomadas de forma colegiada, em fóruns qualificados, conforme o escalão ao qual foi formalmente atribuída a respectiva competência e alçada, com o apoio de comitês que garantem agilidade, qualidade e segurança ao processo. Dessa forma, também compartilhamos nossa visão administrativa, disseminamos conhecimentos, agregamos valor e qualidade ao nosso posicionamento, e mitigamos riscos.

CAPITAL HUMANO

O quadro de colaboradores, no encerramento do segundo semestre de 2018, era composto por 50 funcionários ativos e 3 diretores estatutários, todos cedidos pelo Banco do Brasil S.A.

A política de valorização dos profissionais adotada pela BB Consórcios contempla a oferta de oportunidades de desenvolvimento e ascensão, além da implementação de melhoria nas condições do ambiente e no clima organizacional.

Em julho de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração da BB Consórcios, o Plano de Cargos e Salários da BB Administradora de Consórcios S.A. e o Programa Sucessório que, dentre outros benefícios, proporciona motivação, possibilidade de crescimento aos funcionários da Administradora e o alcance de melhores resultados para a empresa.

Durante o semestre, foram desenvolvidas, ainda, ações de reconhecimento, integração e promoção da qualidade de vida no trabalho, buscando significado e sentido à atividade de cada funcionário e satisfação em fazer parte da BB Consórcios.

GESTÃO DE RISCOS

O Conjunto Corporativo de Riscos Relevantes da BB Consórcios é atualmente composto pelos riscos de Mercado, Liquidez, Crédito, Operacional e Estratégia.

O modelo de gestão de riscos adotado pela Administradora contempla as fases de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação, e, alinha-se à metodologia utilizada pelo Controlador. Sua aplicação permite a identificação e classificação dos eventos que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos, e a escolha das respostas aos riscos de acordo com os limites de apetite e tolerância declarados. É periodicamente avaliado pelas áreas de controle e risco do conglomerado BB.

O Comitê de Riscos e de Capital - é órgão colegiado que se reporta ao Conselho de Administração e tem por finalidade assessorar aquele Conselho no que concerne ao exercício das suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil.

O Conselho de Administração estabelece as diretrizes e supervisiona o processo de gestão de riscos corporativos, que é contínuo e flui através da organização, sendo conduzido pela Diretoria Executiva e demais funcionários em todos os níveis hierárquicos.

CONTROLES INTERNOS

O processo de gerenciamento dos controles internos na Administradora é efetivo e consistente com a natureza e complexidade das operações realizadas, e, tem proporcionado com razoável segurança o atingimento dos objetivos da empresa, a fidedignidade das demonstrações contábeis e a aderência aos normativos internos e externos. É periodicamente avaliado pelas áreas de controle, segurança e risco do conglomerado BB.

A BB Consórcios subsidiária integral do Banco do Brasil, submete-se à sua estrutura de controle e risco e alinha-se às exigências do órgão regulador e às melhores práticas de governança corporativa.

A Administradora, como gestora de produto, possui responsabilidade primária de identificar e avaliar os riscos associados aos seus processos, produtos e serviços, bem como implementar e executar controles que mitiguem os riscos, possui conselho de administração e fiscal próprios, comitês, subcomitês e diretoria executiva detentora de autonomia administrativa formada por 1 (um) diretor-presidente e dois diretores executivos. A dinâmica de atuação do conselho de administração, da diretoria executiva, dos comitês e subcomitês encontra-se disciplinada nos respectivos regulamentos internos.

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar a efetividade do sistema de controles internos da Instituição e das auditorias interna e independente, revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, exercer suas responsabilidades junto às sociedades controladas pelo Banco do Brasil que aderiram ao Comitê de Auditoria unício.

O Comitê de Riscos e de Capital tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício das suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil.

A Gerência Controles Internos realiza periodicamente testes de conformidade visando à mitigação do risco de *compliance*. Também utiliza metodologia auditoria para avaliar a eficácia dos controles nos processos-chave da Administradora, com o objetivo de identificar oportunidades de melhorias.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A BB Consórcios utiliza-se do serviço técnico profissional especializado prestado, atualmente, pela KPMG Auditores Independentes, que tem por objetivo obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo sua opinião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores e parceiros pela confiança e credibilidade dispensada e aos nossos colaboradores pelo apoio, dedicação e profissionalismo que contribuíram para os resultados obtidos.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE		708.107	617.525
Disponibilidades	4	176	251
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		648.122	521.949
Aplicações em operações compromissadas	5.a	648.122	521.949
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		43.016	76.722
Carteira própria	6.a	43.016	76.722
Outros Créditos		16.783	18.593
Créditos específicos	7.a	493	533
Diversos	7.b	16.290	18.060
Outros Valores e Bens		10	10
Despesas antecipadas		10	10
PERMANENTE		37	24
Imobilizado		33	18
Móveis e equipamentos de uso		46	25
(-) Depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso		(13)	(7)
Intangível		4	6
Ativos Intangíveis		6	6
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis		(2)	--
TOTAL DO ATIVO		708.144	617.549

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2018	31.12.2017
PASSIVO CIRCULANTE		477.561	402.148
Outras Obrigações		477.561	402.148
Sociais e estatutárias	8.a	251.028	187.668
Fiscais e previdenciárias	8.b	157.660	120.533
Diversas	8.c	68.873	93.947
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		230.583	215.401
Capital		167.522	167.522
De domiciliados no país	11.a	167.522	167.522
Reservas de Lucros	11.b	63.061	47.879
TOTAL DO PASSIVO		708.144	617.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		18.509	34.138	42.646
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	18.509	34.138	42.646
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		18.509	34.138	42.646
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		365.953	678.434	512.648
Receitas de prestação de serviços	9.a	511.528	942.196	724.932
Despesas de pessoal	9.b	(8.898)	(16.520)	(15.325)
Outras despesas administrativas	9.c	(10.208)	(17.147)	(14.198)
Despesas tributárias	12.c	(68.256)	(126.014)	(97.519)
Outras receitas operacionais	9.d	13.029	24.828	19.545
Outras despesas operacionais	9.e	(71.242)	(128.909)	(104.787)
RESULTADO OPERACIONAL		384.462	712.572	555.294
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	10	(2)	(2)	(20)
Despesas não operacionais		(2)	(2)	(20)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		384.460	712.570	555.274
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12.a	(129.771)	(241.347)	(187.899)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(129.573)	(243.431)	(187.957)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(198)	2.084	58
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO		(338)	(675)	(919)
LUCRO LÍQUIDO		254.351	470.548	366.456
Número de ações		14.100	14.100	14.100
Lucro por ação (R\$)		18.039,08	33.372,20	25.989,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	Nota	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		384.460	712.570	555.274
Lucro antes dos Tributos e Participações		(576)	(454)	198
Ajustes ao Lucro antes dos Tributos e Participações		(582)	(464)	171
Reforço (Reversão) de provisões para passivos contingentes		2	2	20
Baixa de Imobilizado / Perda de capital	10	4	8	7
Despesas de depreciação e amortização		8	8	7
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		383.884	712.116	555.472
Variações Patrimoniais		(176.246)	(315.774)	(269.385)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(120.777)	(126.173)	(115.487)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		6.436	33.706	(45.481)
(Aumento) Redução em outros créditos		37.382	3.895	(4.293)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(57.141)	(198.112)	(149.824)
Aumento (Redução) em outras obrigações		(42.146)	(29.090)	45.700
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES		207.638	396.342	286.087
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(13)	(24)	(12)
Aquisição de imobilizado de uso		(13)	(24)	(12)
Aquisição de intangível		--	--	(6)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(13)	(24)	(18)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(207.880)	(396.393)	(285.862)
Dividendos pagos		(207.880)	(396.393)	(285.862)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(207.880)	(396.393)	(285.862)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(255)	(75)	207
Início do período		431	251	44
Fim do período		176	176	251
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(255)	(75)	207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31.12.2016		98.539	19.708	78.831	--	197.078
Lucro líquido do período		--	--	--	366.456	366.456
Aumento de Capital - capitalização de reservas	11.a	68.983	(19.708)	(49.275)	--	--
Destinações: - Reservas	11.c	--	18.323	--	(18.323)	--
- Dividendos (R\$ 24.690,28 por ação)	11.c	--	--	--	(348.133)	(348.133)
Saldos em 31.12.2017		167.522	18.323	29.556	--	215.401
Mutações do período		68.983	(1.385)	(49.275)	--	18.323
Saldos em 30.06.2018		167.522	29.133	29.556	--	226.211
Lucro líquido do período		--	--	--	254.351	254.351
Destinações: - Reservas	11.c	--	4.372	--	(4.372)	--
- Dividendos (R\$ 17.729,01 por ação)	11.c	--	--	--	(249.979)	(249.979)
Saldos em 31.12.2018		167.522	33.505	29.556	--	230.583
Mutações do período		--	4.372	--	--	4.372
Saldos em 31.12.2017		167.522	18.323	29.556	--	215.401
Lucro líquido do período		--	--	--	470.548	470.548
Destinações: - Reservas	11.c	--	15.182	--	(15.182)	--
- Dividendos (R						

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor de Autarquias Norte - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2018

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
RECEITAS		531.632	982.932	770.193
Receitas de intermediação financeira	6.b	18.509	34.138	42.646
Receitas de prestação de serviços	9.a	511.528	942.196	724.932
Outras receitas/(despesas)		1.595	6.598	2.615
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(69.504)	(127.058)	(101.385)
Ressarcimento de encargos e despesas ao Banco do Brasil S.A.	9.e	(40.637)	(75.492)	(63.823)
Remuneração aos parceiros comerciais	9.e	(19.176)	(32.012)	(20.078)
Processamento de dados	9.c	(5.998)	(10.838)	(8.958)
Banco do Brasil - suporte operacional	9.e	(1.496)	(3.072)	(2.619)
Comunicações	9.c	(1.043)	(1.817)	(1.735)
Outras		(1.154)	(3.827)	(4.172)
VALOR ADICIONADO BRUTO		462.128	855.874	668.808
Despesas de depreciação/amortização		(4)	(8)	(7)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		462.124	855.866	668.801
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		462.124	855.866	668.801
		100,00%	100,00%	100,00%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		462.124	855.866	668.801
Pessoaal		9.236	17.195	16.244
Proventos e honorários		5.580	10.223	9.441
Participação de administradores no lucro		338	675	919
Benefícios e treinamentos		766	1.532	1.748
FGTS		373	697	630
Encargos sociais		2.179	4.068	3.506
Impostos, taxas e contribuições		198.027	367.361	285.418
Federais		172.652	320.671	249.521
Municipais		25.375	46.690	35.897
Remuneração de capitais de terceiros		510	762	683
Aluguéis	9.c	510	762	683
Remuneração de capitais próprios		254.351	470.548	366.456
Dividendos	11.c	249.979	455.366	348.133
Lucros retidos	11.c	4.372	15.182	18.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

ATIVO	31.12.2018	31.12.2017	PASSIVO	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE	6.938.070	5.565.933	PASSIVO CIRCULANTE	6.938.070	5.565.933
Disponibilidades	63	--	Outras Obrigações	6.938.070	5.565.933
Aplicações Interfinanceiras	2.698.089	2.184.191	Obrigações com consorciados	3.277.487	2.538.967
Outros Créditos	4.239.918	3.381.742	Valores a repassar	75.596	59.550
Direitos junto a consorciados contemplados	4.239.918	3.381.742	Obrigações por contemplações a entregar	2.187.179	1.789.018
Normais	4.194.260	3.356.724	Recursos a devolver a consorciados	892.143	762.256
Em atraso	45.658	25.018	Recursos do grupo	505.665	416.142
COMPENSAÇÃO	33.221.980	25.388.032	COMPENSAÇÃO	33.221.980	25.388.032
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	328.614	264.199	Recursos mensais a receber de consorciados	328.614	264.199
Contribuições devidas ao grupo	17.132.581	13.133.401	Obrigações do grupo por contribuições	17.132.581	13.133.401
Consorticiados - bens a contemplar	15.760.785	11.990.432	Bens ou serviços a contemplar	15.760.785	11.990.432
TOTAL DO ATIVO	40.160.050	30.953.965	TOTAL DO PASSIVO	40.160.050	30.953.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS CONSOLIDADA

	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
DISPONIBILIDADES (início do período)	2.386.997	2.184.191	2.305.476
Aplicações financeiras dos grupos	388.847	395.174	454.587
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	1.998.150	1.789.017	1.850.889
(+) RECURSOS COLETADOS	3.617.482	6.788.032	5.896.573
Contribuições para aquisição de bens	2.835.464	5.349.127	4.428.322
Taxa de administração	501.293	929.013	717.342
Contribuições ao fundo de reserva	94.784	176.826	147.507
Rendimentos de aplicações financeiras	62.334	118.756	175.727
Multas e juros moratórios	7.364	15.148	14.462
Prêmios de seguro	19.274	38.326	36.671
Custas judiciais	101	252	245
Reembolso de despesas de registro	11.696	21.494	15.772
Outros	85.172	139.090	360.525
(-) RECURSOS UTILIZADOS	3.306.327	6.274.071	6.017.858
Aquisição de bens	2.563.958	4.854.727	4.377.725
Taxa de administração	507.038	933.094	717.454
Multas e juros moratórios	3.680	7.576	7.237
Prêmios de seguro	15.045	29.951	34.626
Custas judiciais	214	494	953
Devolução a consorciados desligados	59.872	139.266	258.248
Despesas de registro de contrato	12.501	22.826	16.299
Outros	144.019	286.137	605.316
DISPONIBILIDADES (final do período)	2.698.152	2.698.152	2.184.191
Depósitos bancários	63	63	--
Aplicações financeiras dos grupos	510.910	510.910	395.174
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	2.187.179	2.187.179	1.789.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - ADMINISTRADORA

1 - A BB CONSÓRCIOS E SUAS OPERAÇÕES

A BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 12 de dezembro de 2003 e sua sede está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 1º Andar, Asa Norte, Brasília-DF. Tem por objeto a administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens ou conjunto de bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes – incluindo pessoas físicas de baixa renda e microempresários – e a prática de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às administradoras de consórcios.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) específicas para a atividade de consórcio e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Consórcios, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A BB Consórcios aplicou o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que não é conflitante com as normas Bacen.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15.02.2019.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Consórcios são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

As taxas de administração dos grupos de consórcios são escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, quando é apropriada como receita (conforme Circular Bacen n.º 2.381/1993).

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, com alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor justo e prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001 (Nota 6):

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB Consórcios tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de instrumentos financeiros similares ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de metodologias de apuração de valor presente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

e) Outros Créditos e Provisão para Outros Créditos

Os outros créditos são registrados pelo valor de custo e, quando aplicável, atualizados com base na variação das respectivas taxas de juros pactuadas.

As provisões para outros créditos são constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado. A BB Consórcios não possui saldo de provisão para outros créditos em 31.12.2018 e 31.12.2017.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
Pis/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	7,6%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários - Nota 12.d) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

A BB Consórcios avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Consórcios estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Consórcios elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 15.b) o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para o cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 15.c), e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios é o Real (R\$).

j) Gerenciamento de Riscos

A BB Consórcios adota política conservadora, alinhada à política de gerenciamento de riscos adotada pelo Conglomerado Banco do Brasil.

Utiliza-se na BB Consórcios, o processo do Banco do Brasil para identificação dos riscos que comporão o inventário de riscos da empresa, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente.

A partir do inventário de riscos é realizada a avaliação da relevância, considerando critérios quantitativos e qualitativos especificados em metodologia interna.

Os riscos considerados como relevantes são:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Mercado;
- Risco de Estratégia; e
- Risco Operacional.

Na BB Consórcios, no que concerne às atividades de gestão de riscos, a Diretoria de Gestão de Riscos (Diris) do Banco do Brasil S.A. considera a empresa nas atividades de gerenciamento de risco do conglomerado prudencial.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Conglomerado Prudencial Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor de Autarquias Norte - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2018

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades		
Depósitos bancários	176	251
Total	176	251

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Correspondem a aplicações financeiras efetuadas junto ao Banco do Brasil S.A. em operações compromissadas, lastreadas por LFT, com taxa de remuneração de mercado.

a) Composição

	31.12.2018	31.12.2017
Aplicações em Operações Compromissadas		
Letras financeiras do tesouro - Posição bancada	648.122	521.949
Total	648.122	521.949

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	17.072	30.918	37.581
Total	17.072	30.918	37.581

6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Vencimento em dias	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor de Mercado		Total	Valor de Mercado		Total
	Sem Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado	
1 - Títulos para negociação	43.016	43.016	43.016	76.722	76.722	
Títulos privados	43.016	43.016	43.016	76.722	76.722	
Cotas de fundos de investimento ⁽¹⁾	43.016	43.016	43.016	76.722	76.722	
Total	43.016	43.016	43.016	76.722	76.722	

(1) Refere-se a investimento em cotas do fundo BB Renda Fixa CP Corp. 10 milhões, administrado pela BB DTMV, cujo valor de mercado é representado pelo valor da cota, divulgado pelo administrador do fundo.

Por carteira	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor contábil		Total	Valor contábil		Total
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Carteira própria	43.016	--	43.016	76.722	--	76.722
Carteira própria	43.016	--	43.016	76.722	--	76.722

Por categoria	31.12.2018		100%	31.12.2017		100%
	43.016	43.016		76.722	76.722	
1 - Títulos para negociação	43.016	43.016	100%	76.722	76.722	100%

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Nota	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.b	17.072	30.918	37.581
Rendas de aplicações em fundos de investimento		1.437	3.220	5.050
Rendas de títulos de renda fixa		--	--	15
Total		18.509	34.138	42.646

c) Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Fundos de Investimento: são contabilizados pelo valor de mercado, que é representado pelo valor justo da cota, divulgado pelo Administrador dos fundos.

Níveis de Informação Referentes a Ativos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela BB Consórcios S.A. são as seguintes:

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontamente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a empresa estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

Ativo	31.12.2018		31.12.2017	
	Saldo Contábil	Nível 2	Saldo Contábil	Nível 2
Fundos de investimento ⁽¹⁾	43.016	43.016	76.722	76.722
	43.016	43.016	76.722	76.722

(1) O valor do custo atualizado dos fundos de investimento equivale ao valor justo.

d) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários nos exercícios encerrados em 31.12.2018 e 31.12.2017.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Em 31.12.2018 e 31.12.2017 não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

7 - OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	31.12.2018	31.12.2017
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial	493	533
Total	493	533

b) Diversos

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Impostos e contribuições a compensar		6.464	11.018
Devedores por depósitos em garantia	15.d	4.979	4.149
Ativo fiscal diferido - crédito tributário	12.d	4.657	2.572
Devedores diversos - País		190	59
Títulos e créditos a receber		--	262
Total		16.290	18.060

8 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	31.12.2018	31.12.2017
Dividendos e bonificações a pagar	249.979	186.786
Gratificações e participações a pagar	1.049	882
Total	251.028	187.668

b) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2018	31.12.2017
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	145.779	111.478
Impostos e contribuições a recolher	11.881	9.055
Total	157.660	120.533

c) Diversas

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Obrigações por recursos de consórcios - grupos encerrados ⁽¹⁾		34.591	45.265
Valores a pagar a sociedades ligadas		11.522	8.775
Cretores diversos - País ⁽²⁾		9.064	32.341
Obrigações legais - provisão para riscos fiscais	15.e	6.953	--
Provisão para passivos contingentes	15.b	6.743	7.566
Total		68.873	93.947

(1) Refere-se a valores devidos a consorciados ainda pendentes de pagamento.

(2) Valores relativos a grupos encerrados - recursos não distribuídos.

9 - OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
Taxa de administração de consórcios	501.979	923.862	710.172
Taxa de cessão	5.079	9.499	7.391
Multa e juros recebidos	4.032	8.397	7.369
Remuneração sobre alteração de titularidade	438	438	--
Total	511.528	942.196	724.932

b) Despesas de Pessoal

	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
Proventos	(4.769)	(8.618)	(8.059)
Encargos sociais	(2.552)	(4.765)	(4.136)
Honorários	(811)	(1.605)	(1.382)
Benefícios	(679)	(1.362)	(1.532)
Treinamento	(87)	(170)	(216)
Total	(8.898)	(16.520)	(15.325)

c) Outras Despesas Administrativas

	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
Processamento de dados	(5.998)	(10.838)	(8.958)
Comunicações	(1.043)	(1.817)	(1.735)
Contribuições filantrópicas	(1.500)	(1.500)	(1.430)
Alugueis	(510)	(762)	(683)
Promoções e relações públicas	(299)	(522)	(59)
Viagens	(205)	(314)	(175)
Serviços técnicos especializados	(82)	(180)	(177)
Publicações	(49)	(101)	(72)
Despesas de serviços de sistema financeiro	(7)	(77)	(1)
Transportes	(39)	(77)	(69)
Manutenção e conservação de bens	(25)	(52)	(92)
Serviços de terceiros	(20)	(41)	(46)
Propaganda e publicidade	--	(25)	--
Material de expediente	(14)	(24)	(26)
Água, energia e gás	--	--	(39)
Outras	(417)	(817)	(636)
Total	(10.208)	(17.147)	(14.198)

d) Outras Receitas Operacionais

	Nota	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
Taxa de permanência		9.912	18.943	12.668
Reversão/Baixa de passivos contingentes	15.b	2.845	5.405	5.322
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾		154	270	1.057
Variações monetárias ativas		118	210	498
Total		13.029	24.828	19.545

(1) Refere-se, principalmente, ao ressarcimento de valores pagos pela Administradora à consorciados, por conta dos Grupos de Consórcios, em cumprimento de decisões judiciais.

e) Outras Despesas Operacionais

	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
Ressarcimento de encargos e despesas ao Banco do Brasil S.A.	(40.637)	(75.492)	(63.823)
Remuneração aos parceiros comerciais	(19.176)	(32.012)	(20.078)
Passivos contingentes	(2.263)	(4.941)	(5.493)
Variações monetárias passivas	(2.482)	(4.219)	(4.559)
Banco do Brasil - suporte operacional	(1.496)	(3.072)	(2.619)
Atualização dos recursos dos consorciados	(1.156)	(2.487)	(4.103)
Demandas judiciais	(1.113)	(2.127)	(1.151)
Manutenção e desenvolvimento de sistema	(899)	(1.671)	(1.438)
Taxas e tarifas bancárias	(715)	(1.382)	(1.086)
Custos indiretos Contadoria/Direção Geral	(1.206)	(1.371)	(264)
Outras	(94)	(135)	(173)
Total	(71.242)	(128.909)	(104.787)

10 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
Despesas Não Operacionais			
Baixa de Imobilizado	--	--	(20)
Perdas de capital	(2)	(2)	--
Total	(2)	(2)	(20)

11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 167.522 mil (R\$ 167.522 mil em 31.12.2017), totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 14.100 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 230.583 mil (R\$ 215.401 mil em 31.12.2017) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 16.353,40 por ação (R\$ 15.276,67 em 31.12.2017).

Em 09.06.2017, o Banco Central aprovou o aumento do capital social da BB Consórcios para o valor de R\$ 167.522 mil, mediante incorporação das reservas legal e estatutária, sem emissão de novas ações, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 26.04.2017.

b) Reservas de Lucros

	31.12.2018	31.12.2017
Reservas de Lucros		
Reserva legal	33.505	18.323
Reserva estatutárias	29.556	29.556
Total	63.061	47.879

A BB Consórcios constituiu Reserva Legal no limite permitido, conforme determina o artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do capital social.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
Base de Cálculo	249.979	455.366	348.133
- Lucro líquido	254.351	470.548	366.456
- Reserva legal constituída no período	4.372	15.182	18.323
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	62.495	113.843	87.034
Dividendo adicional	187.484	341.523	261.099
Total destinado ao acionista	249.979	455.366	348.133
Saldo do lucro líquido ajustado após as destinações	0	0	0

Os dividendos serão corrigidos com base na variação da taxa Selic da data do balanço até o dia do efetivo pagamento.

12 - TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
Valores Correntes	(129.573)	(243.431)	(187.957)
IR e CSLL no país	(129.573)	(243.431)	(187.957)
Valores Diferidos	(198)	2.084	58
Ativo fiscal diferido - Diferenças Intertemporais	(198)	2.084	58
Total das despesas	(129.771)	(241.347)	(187.899)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
Resultado antes dos Tributos e Participações	384.460	712.570	555.274
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (9%)	(130.716)	(242.274)	(188.793)
Outros valores	945	927	894
IR e CSLL do período	(129.771)	(241.347)	(187.899)

c) Despesas Tributárias

	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
Cofins	(35.263)	(65.230)	(50.698)

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor de Autarquias Norte - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2018

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
Demandas Trabalhistas			
Saldo Inicial	--	--	--
Constituição	--	55	--
Reversão da provisão	--	(55)	--
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo Final	--	--	--
Demandas Fiscais			
Saldo Inicial	167	187	85
Constituição	19	59	102
Reversão da provisão	--	(60)	--
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo Final	186	186	187
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	7.365	7.379	7.310
Constituição	2.037	4.468	5.391
Reversão da provisão	(2.845)	(5.290)	(5.322)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo final	6.557	6.557	7.379
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	6.743	6.743	7.566

A Administração da BB Consórcios considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

Cronograma esperado de desembolso

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	--	100	5.340
Acima de 5 anos	--	86	1.217
Total	--	186	6.557

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações nas jurisprudências dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas Cíveis	722	615
Demandas Fiscais (1)	2.762	2.584
Total	3.484	3.199

(1) Refere-se, principalmente, a processo administrativo junto à Receita Federal do Brasil questionando a não homologação de declaração de compensação (DCOMP).

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências prováveis, possíveis e/ou remotas:

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas Cíveis	4.979	4.149
Total	4.979	4.149

e) Obrigações Legais

Em 31.12.2018, a BB Consórcios mantém registrado em Outras Obrigações - Diversas o montante de R\$ 6.953 mil, sendo R\$ 6.595 mil de principal e R\$ 358 mil de atualização monetária, referente ao ISSQN dos meses de janeiro e fevereiro de 2018, em decorrência da contestação judicial da Lei Complementar Nacional (LCN) nº 157/2016, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5835/DF em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 23.03.2018 foi concedida liminar suspendendo a eficácia do art. 1º da LCN nº 157/2016, na parte que modificou o art. 3º, incisos XXIII, XXIV e XXV, e os parágrafos 3º e 4º do art. 6º da LCN nº 16/2003. Nesta ação ainda estão pendentes, pelo plenário do STF, a confirmação da liminar e posterior análise definitiva do processo.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria e ao acionista da
BB Administradora de Consórcios S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Administradora de Consórcios S.A. ("BB Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2018 e das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Consórcios em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2018 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da BB Consórcios, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da BB Consórcios. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da BB Consórcios é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do Conselho, todos independentes e nomeados pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios).

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Programa Destaque em Governança das Estatais (PDGE), Estatuto Social do BB e seu Regimento Interno.

Os administradores da BB Consórcios são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

O Comitê de Riscos e de Capital (Coris) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB Consórcios está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

III. Atividades do período

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o CA e Diretoria da Empresa, auditorias interna e independente, Banco Central do Brasil (Bacen), reuniões internas, e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da BB Consórcios.

Nossas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, gestão de riscos, governança corporativa, prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT), segurança e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização e controle.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Audit e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

Realizou reuniões periódicas com a Unidade para conhecer as conclusões dos trabalhos, principais preocupações, acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições. Conheceu os trabalhos realizados e acompanhou o cumprimento das recomendações emitidas.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia, por meio de instrumental técnico próprio, sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, avalia, previamente à contratação, a existência de conflitos na prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da BB Administradora de Consórcios S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, todos referentes ao exercício de 2018.

Em 15 de fevereiro de 2019.

Marcos Renato Coltri

Alexandre Alves de Souza

Bruno Nunes Sad

João Martins Felcar

José Levi Mello do Amaral Júnior

José Marques de Lima

Reinaldo Kazufumi Yokoyama

DIRETORIA

Presidente

Alexandre Luis dos Santos

Diretor Executivo

João Marques do Vale
Paulo Ivan Rabelo

Conselho de Administração

Marcos Renato Coltri
Alexandre Alves de Souza
Bruno Nunes Sad
João Martins Felcar
José Levi Mello do Amaral Júnior
José Marques de Lima
Reinaldo Kazufumi Yokoyama

16 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	254.351	470.548	366.456
Outros resultados abrangentes	--	--	--
Efeitos dos impostos	--	--	--
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	254.351	470.548	366.456

17 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Imparidade

No exercício de 2018, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de perda do valor recuperável que justificassem o reconhecimento de imparidade, conforme determina o CPC 01, recepcionado pela Resolução CMN n.º 3.566/2008.

II – GRUPOS DE CONSÓRCIO

1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A BB Consórcios obteve autorização para formar e administrar grupos de consórcio em 19.02.2004, conforme publicado no Diário Oficial da União de 25.02.2004.

2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo de reserva e fundo comum de cada grupo. As aplicações financeiras foram efetuadas em fundos de investimento junto ao Banco do Brasil S.A.

b) Direitos Junto a Consorciados Contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados contemplados.

c) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados, Contribuições Devidas ao Grupo e Bens a Contemplar

São calculados com base no preço do bem vigente no último dia de cada mês.

d) Obrigações com Consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

e) Valores a Repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento, a título de Taxa de Administração e Seguros.

f) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os recursos de consorciados contemplados destinados à aquisição de bens/serviços.

g) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

h) Recursos do Grupo

Representam os valores líquidos dos recursos de Fundo de Reserva.

3 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS GRUPOS

	31.12.2018	31.12.2017
Quantidade de consorciados ativos	794.505	653.538
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	236.864	209.556
Quantidade de bens entregues no período (1)	118.850	114.062
Quantidade de bens pendentes de entrega	69.896	55.366
Quantidade de inadimplentes contemplados	23.861	17.241
Quantidade de grupos administrados	213	294
Taxa de administração média ponderada no período (1)	17,48%	16,60%
Taxa de inadimplentes média ponderada de consorciados contemplados	3,00%	2,64%

(1) Os bens entregues e a taxa de administração média ponderada referem-se ao exercício encerrado em 31.12.2018 e ao exercício encerrado em 31.12.2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a BB Consórcios continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a BB Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da BB Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB Consórcios.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP-245785/O-2



No período, avaliou seu planejamento, resultados dos principais trabalhos realizados, suas conclusões e recomendações, principais assuntos de auditoria (PAA) e a conformidade com as normas de auditoria aplicáveis. Acompanhou o processo licitatório para contratação da empresa de auditoria independente.

VI. Sistema de controles internos (SCI)

O Coaud avalia e monitora a efetividade do sistema de controles internos (SCI).

A avaliação da efetividade do SCI pelo Coaud é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), pela Gerência de Controles Internos da BB Consórcios e, também, em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco e em suas próprias análises.

VII. Transações com partes relacionadas

O Coaud avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, de acordo com as atribuições estabelecidas pela Lei das Estatais e seu Decreto regulamentador.

No período, o Comitê realizou reuniões com as áreas de primeira e de segunda linhas de defesa e com as auditorias interna e independente.

VIII. Exposição a risco

Avaliou e monitorou, em conjunto com o Coris, as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos. No período realizou, conjuntamente com o Coris, reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital, de estratégias e governança.

IX. Demonstrações contábeis

O Coaud examinou o resumo das principais práticas contábeis e analisou mensalmente as principais variações nos saldos contábeis e respectivas causas, a partir de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria.

Revisou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, relativos à data-base 31/12/2018.

X. Recomendações do Comitê de Auditoria

Apresentou pareceres prévios ao Conselho de Administração da BB Consórcios, envolvendo temas relativos a escrituração e conciliação contábil, estruturas de tecnologia da informação e controle de recomendações de auditoria.

XI. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da subsidiária e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;
- as principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração;
- as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Consórcios em 31/12/2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Brasília-DF, 15 de fevereiro de 2019.

Luiz Serafim Spinola Santos

Antônio Carlos Correia

Marcos Tadeu de Siqueira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ludmila Volochen da Rosa
Conselheira

Marluce dos Santos Borges
Conselheira

Cristiano Beneduzi
Presidente